



Comunicação comunitária e a ocupação religiosa: uma perspectiva de base contextual¹

Dérika Correia Virgulino de Medeiros²
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Este artigo tem como objetivo levantar questionamentos e reflexões acerca da relação entre a comunicação comunitária e a religião, com o destaque para a perspectiva de que aquela se dá de forma complexa, e envolve aspectos que dizem respeito ao contexto de vida dos indivíduos, profundamente plural e conflitante. Para tanto, propomos a observação de uma realidade concreta, o Bairro de Mandacaru, em João Pessoa, Paraíba, e do veículo comunitário de cunho religioso que atua em seu limite.

Palavras-chave: Comunicação comunitária; Religião; Contexto social.

Introdução

As rádios comunitárias no Brasil já nasceram da estreita aproximação entre as organizações populares e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Estas últimas representavam o movimento da Igreja Católica que expressava, nas décadas de 70 e 80 no país, um fenômeno político-religioso que avançou no sentido do que se denominou por religiosidade popular, que tinha como princípio a “opção preferencial pelos pobres”. Essa perspectiva seguia os ensinamentos da teologia da libertação, muito forte dentro da igreja naquele período, e que pregava uma reestruturação dos pressupostos católicos com base na experiência de vida dos indivíduos pobres e oprimidos.

Marcada por forte repressão política imposta pelo cenário da ditadura militar, os movimentos sociais nos anos 70 no Brasil e América Latina encontraram nas CEBs espaços para expressão das classes subalternas que eram submetidas ao mesmo tempo, a um processo de restrição no campo midiático. Entendidos como setores progressistas da Igreja, esses ambientes expandia a possibilidade da utilização dos meios de comunicação para os movimentos organizados, por entender que a ação libertadora envolvia também uma

¹ Trabalho apresentado no DT07– Comunicação, espaço e cidadania. GP Comunicação para a Cidadania. XIX Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2014.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/Pós, e-mail: derikav@gmail.com



comunicação libertadora, “pois é na comunicação que se tornam visíveis as situações de opressão e dominação da ordem social” (KUNSH, 2002, p. 120).

Muito embora existisse direta associação das CEBs com as demandas das classes populares, a perspectiva daquela seguia, em certa medida, princípios semelhantes aos trabalhos de evangelização dos povos nativos há mais de 500 anos. Abalizada especialmente por um trabalho de moralização de povos e comunidades latino-americanos, as atividades das CEBs, da mesma forma, abafava as culturas e tradições locais em nome da fé cristã, porém, com o reforço estratégico dos veículos de comunicação. É o que podia ser considerado como um trabalho de “evangelização-comunicação”.

No entanto, com a mudança de conjuntura pela qual passou o Brasil após o processo de abertura “democrática”, em que a postura reivindicativa dos movimentos e grupos populares foi perdendo fôlego, abrindo espaço para as outras formas organizativas mais preocupadas com as demandas específicas das localidades e causas mais pontuais - fato esse que atingiu, inclusive, a própria comunicação comunitária que ganhou uma roupagem mais desentrelaçada da comunicação tida como popular-contestatória, inserindo em seu escopo de interesses e atuações aspectos mais ligados a temáticas cidadãs –, as CEBs também foram, da mesma forma, sendo desarticuladas e entraram em declínio dentro da igreja católica.

É importante destacar que o interesse dos grupos religiosos pelos instrumentos eletrônicos da comunicação já se dava desde o surgimento do rádio, ou seja, na década de 20 no Brasil, quando se procurava dimensionar uma estreita relação com esses meios, como já vinha sendo feito com a mídia impressa, na qual a igreja mantinha uma tradicional relação. Desde então o desafio passou a ser o trabalho junto aos novos meios que surgiam para garantir a visibilidade e manter o público de fiéis diante da crise de paradigma que se estabelecia cada vez mais dentro da igreja, principalmente com a perda de fiéis³ e de domínio político.

Assim, o interesse pelas mídias eletrônicas vem moldando, sobretudo nas últimas décadas, o exercício religioso de inúmeras igrejas pelo país ao permitir que se extrapole a perspectiva de uma comunidade de fé para a possibilidade da conquista de um público de massa. Como afirma o pesquisador em teologia Pedro Gilberto Gomes (2002), os grupos de fiéis foram cedendo cada vez mais espaço para os telespectadores.

³ A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE revelou que em 2009 o número de católicos no Brasil volta a cair aceleradamente, quase na mesma proporção da década de 90 quando também houve uma queda acentuada, e ainda quase dez vezes mais rápida que a baixa no número de fiéis entre os anos de 1872 e 1980. Assim, em 2009 chegou-se ao menor número de adeptos do catolicismo da história com um percentual de 68,43%, o que corresponde a um total de 130 milhões de brasileiros (**Novo Mapa das Religiões**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.12).



A mudança de perspectiva foi sendo guiada pela força do mercado ancorada, sobretudo, em estratégias de espetacularização que logo ganharam os cultos religiosos, ou seja, estes se tornaram muito mais performáticos e sensacionais assim como ordenam as leis da comunicação de massa. Em lugar daquela perspectiva mais politizada da fé que se estabelecia em grandes espaços da igreja dos anos 70, ascende, portanto, a lógica do capital financeiro e midiático.

A espetacularização não representa, porém, uma característica exclusiva da religião católica. O protestantismo revestiu-se desse aspecto de forma ainda mais contundente a tal ponto que sua constituição e difusão se estabelecem por meio de protocolos midiáticos. Ganha destaque dentro dessa perspectiva a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que, pode-se afirmar, representa uma “religião midiática”. Isso porque “seus valores institucionais se confundem com estratégias, de tal modo que a visibilidade é meio e fim em si mesmo” (FIEGENBAUM, 2009, p.168).

Entretanto, a relação entre mídia e religião está longe de ser unívoca e envolve aspectos complexos e pouco lineares. Apesar de ter tido um forte movimento em direção a um afastamento da ideia de que a vivência religiosa autêntica deveria ser realizada no âmbito dos pequenos grupos sociais e em comunidades, assim como pregava as CEBs, para uma concepção mais massificada da religiosidade, o uso das rádios comunitárias pelas entidades religiosas ainda permanece muito presente no Brasil.

Isso pode ser exemplificado a partir da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ocorrida em meados dos anos 90, onde ficou estabelecida uma série de compromissos que serviria como uma espécie de guia para a Igreja Católica. A temática central da Conferência foi direcionada a importância do uso dos meios de comunicação para o permanente trabalho de evangelização, a partir da divulgação da “palavra de Deus” nos mais diversos veículos, incluindo os meios de comunicação comunitária, que ganhou destaque entre os pontos propostos na Conferência.

Com o tema “A igreja e a comunicação rumo ao novo milênio”, a Conferência foi tecendo uma série de indicativos de ações com base na utilização da comunicação como função evangelizadora “entendendo que a notícia que fala da vida e da esperança também é evangelizadora”⁴. Dentre as propostas levantadas, estão aquelas que se destinam diretamente a comunicação comunitária, pois o entendimento foi de que aquela representava espaços mais “fáceis” ou “disponíveis” para o acesso da igreja. Isso significa que as entidades da Igreja

⁴ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – **Igreja e comunicação rumo ao novo milênio: compromisso e conclusões**, Brasília, 1997.



católica deveriam ocupar os “espaços disponíveis nas rádios locais”, além de buscar exercer apoio à Associação Nacional Católica das Rádios Comunitária - ANCARC.

Mesmo com o aumento da presença da igreja evangélica em posse de veículos de comunicação - inclusive no comando de uma das maiores redes de comunicação do Brasil, a Central Record de Comunicação – Rede Record, presidida pelo Bispo Edir Macedo - a Igreja Católica ainda detém maior parte do domínio no setor da comunicação no país, e ocupa também posição privilegiada no comando dos veículos de comunicação comunitária. A criação daquela Associação, por exemplo, demonstra esse poder. A ANCARC representa uma das entidades que reivindicam mudanças na Legislação pertinente à comunicação comunitária, sobretudo no quesito sobre repressão e possível “intervenção arbitrária” da qual ela estaria sendo vítima.

No entanto, a própria existência de uma Associação como essa contraria os pressupostos da Legislação de Radiodifusão Comunitária do Brasil (Lei nº 9.612/98) que prevê, em seu Artigo 4º que, por princípio, aos veículos comunitários são vedados qualquer forma de proselitismo, o que engloba tanto o religioso quanto o político. Sem contar que ela restringe, ainda neste artigo, a discriminação de “raça, religião, sexo, preferência sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias”.

O Artigo 11 da mesma Lei também diz:

A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (p. 4).

Entretanto, apesar dessas restrições e impedimentos legais, a presença da igreja sob o comando de meios comunitários é uma realidade que cresce no país e que, por isso, deve ser problematizado. Isso significa dizer que no contexto plural como é o caso do Brasil, cabe uma análise que ultrapasse os limites do que é ou não permitido pela Lei, ou até mesmo pelas definições conceituais da própria comunicação comunitária, que ainda são bastante idealizadas e pouco próximas das realidades específicas. A ideia parte da percepção de que há um fenômeno social em crescimento e que deve ser estudado em suas nuances, antes de ser apontado como um problema a ser eliminado. Como afirma a pesquisadora Raquel Paiva (2003) é importante perceber que a religião, dependendo do contexto, pode servir como motivador para a construção de uma vinculação comunitária, e até mesmo, para movimentos reivindicativos.



A religião funciona como elemento de ligação entre os indivíduos, que têm a partir dos preceitos não apenas indicações para a realização do culto, mas também normatizações que acabam por dirigir muitas de suas ações. Ainda hoje muitas comunidades que se estabelecem a partir de uma seita religiosa possuem um poder de realização considerado maior do que o de grupos que se formam com propósitos definidos e previamente estabelecidos (p.87).

A proposta deste artigo, portanto, passa pela perspectiva de que a comunicação comunitária deve ser pensada inserida em uma realidade complexa, que se modifica rapidamente, e que é profundamente atravessada por processos histórico-sociais que devem ser considerados para qualquer análise de fatos e produtos sociais. E apesar da necessidade de não perdermos de vista a busca por um horizonte de uma comunicação comunitária que respeite condições fundamentais para uma prática democrática, como a participação dos indivíduos nos procedimentos comunicacionais, passando pelo respeito à diversidade humana em suas crenças e formas de ser, não é possível mais pensar naquele modo de comunicar como um objeto estanque, que deva obedecer a regras que não se encaixam mais na atual realidade.

Ao pensar comunicação comunitária é importante voltar nossa atenção para as especificidades dos contextos onde as rádios surgem, levando em consideração que suas formas de produção e demandas dizem respeito muito mais a suas conjunturas sociais e coletivas, sem esquecermos ainda que as comunidades estão sempre sujeitas as adversidades sociais, e aos conflitos presentes em qualquer grupo social. Os modos de ser da sociedade nunca serão algo dado, mas envolve antes constantes jogos de negociações em um ambiente multifacetado.

São por esses termos que este trabalho se dedicou a uma análise da realidade concreta, com seus conflitos e contradições, para pensar as relações existentes entre os processos comunicacionais e as entidades religiosas no contexto da chamada comunidade, como possibilidade de compreender que esta interação está longe de ser determinada em si mesma. Assim, optamos pela observação de uma rádio evangélica (Irmão Lucas) situada no Bairro (ou comunidade como também costuma ser denominada) de Mandacaru, em João Pessoa, Paraíba. O método utilizado para a realização da pesquisa foi com base em entrevistas e observação *in loco* da realidade em questão, além da audição do conteúdo da rádio. Para tanto, com o intuito de deixar em evidencia a realidade, o percurso teórico será feito com base na intercessão entre a dimensão teórica e o objeto analisado.



Rádio evangélica (do Irmão Lucas)

A Rádio evangélica do irmão Lucas fica localizada no Bairro de Mandacaru, em João Pessoa. E apesar de ser um bairro central dentro da estrutura geográfica da capital paraibana, ele é considerado periférico pelas características de um local marginal que comporta, isto é, pela grande concentração de populações pobres e pelo alto índice de violência.

Considerando a tipologia do terreno na qual Mandacaru está erguido, é possível notar a presença de três níveis que, analogamente, tem a parte mais alta como a mais próspera, e à medida que desce se torna também mais baixo econômico e socialmente. E é exatamente nesta parte baixa do bairro onde está instalada a emissora evangélica, objeto de nossa análise.

A rádio funciona por linha modulada, ou seja, conectada aos cabos da rede telefônica presentes nos postes de eletricidade das ruas, e é popularmente conhecida como Rádio Poste. O motivo que levou o senhor Lucas a adotar o sistema de rádio poste em detrimento do uso do espaço no espectro eletromagnético destinado aos meios comunitários, se deve a grande burocracia para a obtenção de outorgas de comunicação comunitária, sem contar com a dificuldade para manter esse tipo de veículo.

Para a obtenção de outorga de concessões de radiodifusão é exigida uma série de requisitos que torna o processo lento e pouco democrático, fato este que só faz aumentar o número de pedidos de outorgas arquivados no Ministério das Comunicações. Além disso, quase 50% das solicitações ainda nem começaram a ser tramitadas. Existem processos engavetados há mais de 12 anos (LIMA, 2007).

Dessa forma, conseguir a outorga acaba exigindo, do solicitante, seguir por uma trajetória muito árdua. Devido a essa dificuldade, muitas rádios no país acabam funcionando na ilegalidade e são, muitas vezes, reprimidas violentamente pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, agência reguladora do espectro eletromagnético, mas que atua com o mesmo poder de força e repressão da Polícia Federal. Muitas são as emissoras fechadas, equipamentos apreendidos e comunicadores presos por não aturem em conformidade com a Lei.

As rádios postes já são uma realidade no Brasil desde os anos 50, embora seu apogeu tenha ocorrido nos anos 80. O desenvolvimento desse sistema ocorreu por meio da iniciativa de movimentos sociais, associações comunitárias e entidades da igreja católica. Desde então, mas, sobretudo nas últimas décadas, elas vêm se alastrando pelo país principalmente como uma tentativa de burlar a restrição de acesso ao espectro eletromagnético. E apesar das rápidas mudanças tecnológicas com possibilidades da utilização do ciberespaço para a veiculação de



rádios comunitárias, em lugares que o acesso ainda é limitado – realidade ainda muito comum no país, a rádio poste se revela como o único meio viável para a produção da comunicação comunitária em determinadas regiões.

E é em um lugar pobre e de difícil acesso às inovações da tecnologia que a emissora evangélica do senhor Lucas está instalada. Com um caráter segmentado, a rádio tem como objetivo central a “evangelização dos moradores que vivem numa área de risco social e tirá-los da condição de violência”, como destaca o irmão Lucas.

São mais de 65 caixas de som espalhadas por áreas onde concentra a maior parte da população de baixa renda do bairro, ou seja, nas seis comunidades que compõe o bairro de Mandacaru: o Jardim Mangueira, onde se localiza a rádio, no Jardim Esther, Jardim Coqueiral, Alto do Céu, Beira Molhada e Porto de João Tota. A rádio veicula músicas evangélicas, pronunciamentos de trechos bíblicos e pregações religiosas, divulgação de eventos da Igreja, além de propagandas comerciais e publicidade institucional da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Com 13 anos de atuação, foi o senhor Lucas Ferreira, quem idealizou e gerencia a rádio até hoje a rádio. A transmissão é feita em sua própria residência e tanto a compra de material, como a produção das caixas, além da manutenção dos equipamentos são custeadas por ele mesmo. Servidor público e membro de uma das Igrejas evangélicas do bairro, o irmão Lucas ocupa grande parte do seu tempo com a rádio e com o propósito de “levar a palavra de Deus as pessoas que vivem nas áreas de risco do bairro”.

“A tranquilidade da nossa comunidade existe por causa da palavra de Deus. O povo aqui só vivia bebendo, com problemas. E posso dizer pra você, irmã, que essa é a diferença da igreja evangélica para católica: na nossa nós temos o pastor, e ele nos aconselha para tirar as pessoas desse sofrimento. E inclusive a nossa congregação foi feita aqui, no Jardim Mangueira, porque aqui era muito violento. Hoje as pessoas que convivem aqui estão saindo da bebedeira, da violência, do cigarro, tão mantendo as famílias. Isso tudo foi devido a palavra de deus. E a rádio tem esse objetivo [...] Então ela tá aqui para tranquilizar o pensamento e a vida do povo. Aconselhando, fazendo o convite. E falamos que não importa qual a religião deles. Pois a palavra de deus é universal [sic]”⁵.

Apontar essa diferença entre a igreja católica e a evangélica representa uma informação significativa para a compreensão do contexto social e, especificamente da rádio em questão. Como mostra os dados do IBGE publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) o número de evangélicos no Brasil vem seguindo uma trajetória de crescimento, passando de 16,2% para 17,9% nos primeiros anos desta década chegando a 20,2% em 2009.

⁵ Defende o senhor Lucas.



Autores atribuem esse crescimento a alguns fatores, com destaque para o deslocamento da centralidade da igreja católica nas decisões políticas e na conformação dos Estados. Mesmo sendo ainda predominante o número de brasileiros que se dizem católicos, é notável a queda de membros nas últimas duas décadas, de 88,9% para 73,8%.⁶

Outro fator comumente considerado para explicar o crescimento da igreja evangélica no país diz respeito ao caráter econômico. De acordo com Fernandes et al (1998) citado por Bohn (2004), o crescimento evangélico se dá por ser esta uma escolha dos mais pobres. Isso significa dizer que há uma forte associação entre o avanço dessa religião com o agravamento socioeconômico de algumas camadas da sociedade. Isso pode ser revelado pelo aumento e visibilidade, por exemplo, da bancada evangélica no Congresso Nacional. Esse fato nos leva a perceber o perfil e comportamento das bases eleitorais pertencentes a esses parlamentares que são, em grande número, de populações de baixa renda.

De acordo com dados levantados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), em 2010, a bancada evangélica no Congresso Nacional cresceu consideravelmente das eleições de 2006 para a de 2010. Enquanto a bancada evangélica tinha sufragado apenas 36 deputados em 2006, no último pleito foram eleitos 73 parlamentares evangélicos, sendo 70 deputados e três senadores. Os dados impressionam ainda mais: dos 36 parlamentares existentes, 34 foram reeleitos. A estes se somam ainda 39 novos eleitos representantes evangélicos em 2010⁷. Dentre os novos sufragados estão dois deputados federais paraibanos: Aguinaldo Ribeiro (PP), membro da Igreja Batista, e Romero Rodrigues (PSDB), sem informação sobre a qual igreja pertence.

Retomando ao objeto em questão, a rádio evangélica, ou do Irmão Lucas, como também é conhecida entre os moradores, transmite a mesma programação desde que foi criada. De segunda a quinta, das 08h00 às 12h00 a rádio divulga “a palavra dos irmãos da Igreja”, isto é, programas de pregação e ensinamentos bíblicos feitos por outros dois membros da igreja. Essas mensagens costumam ser associadas à realidade de vida dos moradores, o que provoca uma identificação mais forte entre aqueles com os conteúdos veiculados. Entremendo os programas ocorre a divulgação de eventos e projetos da Prefeitura de João Pessoa. “Eles vêm divulgar o trabalhos da Igreja deles, passando a palavra de Deus, também o louvor, oração pelo povo de Mandacaru, pelas famílias, tudo isso que é muito importante pra comunidade aqui, né? [sic]”. Explica o senhor Lucas. Apenas na sexta-feira, o programa dos irmãos é

⁶ Dados disponíveis no artigo: Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. BOHN, S. R. Campinas, 2004, p. 290.

⁷ Radiografia do Novo Congresso: legislatura 2010-2015. DIAP, Brasília, 2010, p. 44.



realizado também no turno da tarde, das 16h00 às 18h00. Pelo espaço cedido na rádio, os irmãos da igreja colaboram financeiramente para o funcionamento do veículo.

Já a partir das 12h00 entra no ar uma sequência de músicas juntamente com a veiculação de propagandas de estabelecimentos comerciais da localidade. Essa programação, por sua vez, só é interrompida às 18h00. O dinheiro arrecadado do comércio representa a maior parte do recurso destinado à manutenção da rádio. Aos sábados e domingos, a programação começa às 10h00 e termina às 17h00. Em alguns sábados, das 15h00 às 17h00, a programação dos irmãos é veiculada. Aos domingos, apenas músicas evangélicas são transmitidas.

Foi logo após torna-se integrante assíduo da Igreja evangélica que o Irmão Lucas decidiu criar a rádio. Apoiado por outros membros da Igreja que o ajudaram a idealizar a programação, além de disponibilizarem CD's para a veiculação das músicas na emissora, o senhor Lucas costuma afirmar que realiza um trabalho em nome da Igreja, mesmo sendo o único responsável pela condução da rádio.

Embora seja uma atuação que não envolva diretamente a participação dos indivíduos, nem mesmo dos membros da Igreja em que atua, além de apresentar preferências e crenças religiosas individuais, o Irmão Lucas afirma fazer um trabalho comunitário pelo bairro. Ele atribui a isso o fato de não cobrar pelo “serviço” que presta a população e por entender que é a palavra religiosa o principal instrumento capaz de construir um ambiente comunitário de vínculos e comunhão. Seu Lucas costuma dizer que recebe o reconhecimento dos moradores, não apenas dos fieis da Igreja, pelo trabalho que vem realizando na comunidade. Segundo ele, em um lugar violento “às vezes só a palavra de Deus é capaz de causar a transformação interior nas pessoas” o que levaria, por sua, a mudança de conjuntura.

Porém, grande parte dos entrevistados dessa região do bairro não se refere à rádio como sendo comunitária. Eles veem como sendo de cunho eminentemente religiosa e alguns ainda acreditam que a rádio pertence à Igreja frequentada pelo senhor Lucas. “Mulher, só passa música evangélica aqui, como é que é comunitária? [sic]”, questiona dona Lucinei, de 40 anos, comerciante e moradora do bairro desde que nasceu. Além disso, com a presença de muitos católicos entre os entrevistados algumas críticas foram ouvidas. Para alguns, a presença de uma rádio em que só se ouve um único tipo de música se revela desrespeitosa com quem não comunga da mesma religião, ainda mais por ser uma rádio em que não se tem a oportunidade de simplesmente desligar quando não há o desejo da escuta. “Eles vêm aqui tentando converter, pregar, mas eu já disse que sou católica e vou ser sempre”, disse dona Lídia, de 52 anos, residente do bairro há 12. A moradora se refere ao trabalho que seu Lucas



faz também junto com outros membros da Igreja convocando as pessoas não apenas através da rádio, mas também ‘no corpo-a-corpo’, a participarem dos cultos e eventos realizados pela Congregação, incluindo atividades de cunho mais reivindicativo para a melhoria da comunidade.

Outros, no entanto, acreditam que a presença da rádio no cotidiano dos indivíduos de forma constante e sem a possibilidade de escolha (por ser uma rádio que está presente na paisagem sonora do local sem que haja a possibilidade de interrupção quando não se deseja ouvi-la) pode provocar nos moradores, especialmente nos jovens, pois seriam esses os mais violentos, uma mudança de comportamento. “Eu creio que a palavra de Deus é sempre boa ser ouvida, provoca coisa boas [sic]”, opinou Rosilda, de 34 anos. Entende-se, normalmente, que como o ambiente de convívio da maior parte desses jovens é a rua, a escuta da rádio acaba sendo inevitável e poderia provocar mudanças de consciência. Sem contar que com o descaso do Estado na intervenção da realidade por melhores condições de vida, só restaria a muitas pessoas o apego religioso.

É interessante notar também que são os próprios moradores - ao contrário do que ocorre com outros exemplos de rádio poste, em que muitos moradores se incomodam com a escuta inevitável - que solicitam ao senhor Lucas a colocação de caixas de som nas proximidades de suas residências. Até mesmo os que não são fiéis da igreja da comunidade costumam ouvir a rádio e acreditam que “quanto mais (caixinhas) melhor”, como frisou Rosilda, fazendo referência ao possível efeito pacificador que a rádio provocaria entre os moradores da localidade.

Portanto, mesmo sem ser considerado como comunitário pelos moradores, o veículo parece ter forte importância e influência para a localidade ainda tão desassistida pelo poder público. Para parte dos moradores ele serve como uma espécie de “alento” para enfrentar as dificuldades, além de acreditarem que possa servir também para a mudança de consciência dos indivíduos. Até mesmo aqueles que não têm como religião a evangélica consideram essencial que seja transmitida em veículos de comunicação a palavra religiosa.

Mesmo com poucas características que a distingam (conceitualmente) como um veículo comunitário, a rádio evangélica vem promovendo entre os moradores formas de interação e relação capazes de gerar uma percepção mais clara por sua condição sócia histórica, além de conseguir promover uma das funções mais primordiais dos veículos de comunicação comunitária: a *vinculação* entre os indivíduos com base no reconhecimento do outro que se encontra na mesma situação e, até mesmo em alguns momentos, em torno de causas comuns,



isto é, que estão diretamente ligadas às suas condições de vida, o que leva conseqüentemente a possibilidade organização política para a mudança.

Apesar de não ser esse o objetivo inicial e central da rádio, o fato de serem transmitidas mensagens religiosas em uma comunidade pobre, constrói-se uma direta associação entre aquelas e o contexto de vida dos moradores na programação transmitida. Sem contar que com o trabalho corpo-a-corpo realizado pelo senhor Lucas, que possui, por sua vez, contato direto com o governo municipal por ser funcionário deste, muitas demandas entram em circulação na comunidade e chegam até o poder público por intermediação do irmão.

A mobilização dos moradores dentro desse contexto de cunho religioso ocorre mais por uma *afetação* pela condição do outro e por um sentimento de solidariedade do que pela conscientização política. Entretanto, a observação da realidade deixou evidenciada que os dois fatores devem andar associados. Isso significa dizer que sem afetação não há motivação para a luta, assim como também sem envolvimento e participação nas causas coletivas, não há como existir a afetação. É essa relação dialética que se encontra no centro das questões políticas que devem envolver, portanto, o trabalho de um veículo de comunicação comunitária, ou seja, uma relação político-sensível que tenha como norte um projeto de transformação mais amplo.

É possível compreender ainda que essa relação de profunda intimidade com os temas religiosos, não apenas em veículos comunitários ou de bairro, mas também na mídia de massa que conta com uma expressiva audiência do público, podem estar ligadas diretamente às questões que o sociólogo Zygmunt Bauman (2003) vem chamando por insegurança no mundo. O crescimento de religiões mais fundamentalistas e ortodoxas por todo o globo – e a evangélica se encaixaria nesse rol, representa com clareza essa realidade. Para aquele autor, isso significa que em um contexto de grande fluidez, em que os laços sociais se desfazem com maior facilidade, as pessoas, sentindo-se sós e inseguras buscam muitas vezes na religião, algo em que se apegar, se apoiar, sentirem-se em segurança.

O ambiente de aprofundamento do liberalismo econômico e dos processos de globalização criaram novas ordens de incertezas e inseguranças sociais em âmbito global, e provocaram explosões de violências étnicas em grande escala e limpezas culturais em nome de identidades fixas. Após o ataque às Torres Gêmeas no emblemático 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, essas ações violentas foram elevadas a altos índices, sobretudo como resposta ao fortalecimento de economias nacionais que vem gerando acentuadas desigualdades entre estados e nações. Esse modelo de desenvolvimento liberal, como a afirma



o sociólogo Edgar Morin⁸, se baseia principalmente no que ele chama de sociocentrismo ocidental que funciona como forma de colonização das sociedades não ocidentais, através de uma política planetária de domínio dos povos.

Outro lado da violência no sentido de criar essas identidades fixas com o principal intuito de aliviar as inseguranças provocadas pelos intensos fluxos globais é a consequência inevitável do fortalecimento de fundamentalismos religiosos, sobretudo de religiões monoteístas como o cristianismo no ocidente, e o islamismo no oriente. Nesse contexto ainda, o caráter fundamentalista das religiões também vem se apresentando como uma força estruturadora da política, especialmente, da política internacional.

A emergência do fundamentalismo vem, portanto, para produzir níveis de certezas sobre identidades sociais. E a violência extrema, muitas delas em nome de religiões, é um modo de violência espetacular com vistas a produzir certezas, sobretudo dentro de uma realidade em que as incertezas vêm acompanhadas pela força dos meios de comunicação na divulgação de imagens e representações “do eu e do outro” em níveis globais (APPADURAI, 2009).

Com efeito, esse aspecto levanta também questionamentos acerca da apropriação indevida que instituições religiosas tradicionais, sobretudo a católica e evangélica no Brasil, vem fazendo dos meios de comunicação. É fácil perceber a grande inserção de programas religiosos em canais abertos de TV’s educativas, universitárias e comunitárias, apesar de ser vedada, no caso desta última, pela legislação pertinente a veiculação de qualquer forma de expressão religiosa e o controle desses veículos por essas entidades.

Da mesma forma ocorre com o sistema radiofônico. A grande presença de instituições religiosas em posse de concessões de Radiodifusão Comunitária é uma realidade que parece crescer no país. Isso está associado diretamente ao problema da legislação brasileira encoberta de lacunas quanto ao aspecto das concessões e por ser profundamente restritiva, o que vem provocando distorções e controvérsias de compreensão quanto ao uso e finalidade dos meios comunitários. É o que ocorre com as rádios de cunho religioso, muitas delas atuando sem a preocupação com o desenvolvimento comunitário. Assim, valendo-se dessas imprecisões da Lei, muitas dessas emissoras praticam o proselitismo religioso, ou seja, buscam angariar adeptos às igrejas, ocupando um espaço que deveria estar a serviço da população e da construção de uma comunicação e sociedade mais democráticas.

Venício Arthur de Lima e Cristiano Aguiar Lopes (2007) realizaram um mapeamento sobre os vínculos políticos e religiosos das rádios comunitárias no Brasil, e observaram que de

⁸ MORIN, Edgar. Uma mundialização plural. In MORAES, D (Org.) Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2005.



um total de 2.205 veículos, 120 possuíam ligações religiosas. Em percentagem representa 5,4%. Destas 120 emissoras, 83 (69,2%) eram vinculadas às Igrejas católicas, 33 (27, 5%) as igrejas evangélicas, 2 (1,66%) a ambas, 1 à doutrina espírita (0,8%) e 1 (0,8%) ao umbandismo.

Porém, aquela mesma legislação não abarca as emissoras transmitidas por linha modulada como sendo rádios, fazendo com que suas normas, apesar de limitantes, sequer sirvam para esta forma de comunicar. São considerados sistemas de rádios aqueles veículos que apenas se utilizam do espectro eletromagnético para entrar em funcionamento.

Isso impõe uma problemática específica aos sistemas de rádio poste, pois muitos deles atuam sem regulamento, em especial no quesito conteúdo. Cabe aos municípios estabelecer regras de funcionamento para essas rádios, no entanto, muitas dessas normas preveem como prioridades os aspectos de cunho técnico, em detrimento dos princípios fundamentais para o exercício da comunicação. E são nessas aberturas da norma que as entidades religiosas se apoiam para se utilizarem das rádios-postes, com a finalidade de criar nicho de mercado, ou seja, de por em prática o proselitismo e a conquista da visibilidade local.

As igrejas, assim como os partidos políticos, possuem interesses de caráter partidários. Isso significa dizer que da mesma forma que estas buscam a conquista de espaços e públicos, a igreja também o faz no sentido de “arrebancar fiéis”, se utilizando, para isso, de estratégias, sobretudo discursivas, o que remete diretamente a necessidade do uso de veículos de comunicação comunitária. A conquista de fiéis “envolve questões de representatividade social, econômica e política, ou seja, fatores que dão força para a sustentação e sobrevivência de uma igreja como qualquer outra instituição” (FERNANDES e CANDATEN, 2006, p.15).

De acordo com Fuser (2002), o uso dos veículos comunitários é tão importante para a conquista de fiéis, que muitas igrejas adotam como parte da formação de religiosos, tanto nas igrejas católicas como nas evangélicas, orientações básicas em sistemas radiofônicos. Dentre os ensinamentos das estratégias comunicativas, está a entrega de brindes para atrair a população e até mesmo forjar uma participação do povo na rádio, além do eventual desenvolvimento de ações assistencialistas na localidade.

A produção de cursos para a formação de comunicadores religiosos representa um dos pontos levantados na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. É destinado um tópico sobre “Formação de comunicadores” em que destaca a importância de se

organizar cursos de formação para a pastoral da comunicação para agentes de pastoral da comunicação, nos Regionais, através das Universidades Católicas, de suas Faculdades de Comunicação, assim



como dos centros especialmente dedicados à preparação de agentes da pastoral da comunicação (1997, p.5).

Em João Pessoa, a Lei que regulamenta a atividade de Radiodifusão Alternativa a Cabo, nº 7.928 de 2006, prevê nos seus 11 artigos apenas regras técnicas para a exploração do serviço. Ela estabelece também que para a obtenção da licença de operação deverá ser solicitado ao órgão ambiental do Estado o alvará de funcionamento e cadastro, através da APRAC – Associação Paraibana de Rádios Alternativas a Cabo.

A maior parte dos artigos trata sobre como e onde deve ser feita a colocação das caixas de som; como elas devem estar apresentadas, isto é, qual deve ser sua cor, tamanho e material; como deve ser realizada a forma de cobrança pelo uso de equipamento público, dentre outros critérios. Porém, não estabelece condições programáticas, o que deixa em aberto para os usos que não condizem com um trabalho de cunho comunitário.

Assim, devido à brecha que existe na legislação outras entidades podem se apropriarem do espaço para usos individuais, religiosos, como é o caso da rádio em questão, comercial (propriedades usadas por indivíduos interessados em ter, através delas, alguma fonte de renda) e até mesmo políticos e partidários (com finalidade político-eleitoreiro). Usos esses que afetam diretamente o cotidiano de vida das pessoas que são obrigadas a conviverem com a realidade sonora imposta, mesmo quando o conteúdo não as agrada e as atingem de forma negativa, além de ser muitas vezes desrespeitosa para com suas crenças.

Com uma programação restrita a veiculação de músicas evangélicas, leitura de trechos bíblicos e pronunciamentos eminentemente de cunho religiosos, o meio observado acaba por exercer uma influência deficiente e limitada na configuração simbólica e organizativa da localidade. Afinal, os conteúdos de uma rádio comunitária devem se propor a construção de uma consciência crítica sobre a realidade social como um todo, e não servir a temáticas segmentadas que não respeitem a diversidade.

Apesar de envolver elementos importantes para a comunidade, como a construção de laços vinculativos, como dito anteriormente, não se pode deixar de perceber que não há espaço para participação dos indivíduos no processo comunicativo, nem para a inserção de outras temáticas de interesse público, ou para qualquer outra forma de diálogo com o diferente, ou seja, não há abertura de espaço para os debates sobre religiosidade na comunidade, o que daria condições para que todas as crenças e representações religiosas fossem respeitadas.



Não por outro motivo, devido a essas distorções da prática da comunicação comunitária, que a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) propôs uma série de diretrizes da definição de um veículo de cunho comunitário. Dentre elas, está a necessidade de que a comunicação comunitária seja laica (PERUZZO, 2010, p. 7).

Muito embora esta rádio tenha demonstrado a força de por os indivíduos em um comum, a perspectiva unilateral que ela exerce acaba por uni-los em torno de um único sentido. Além disso, não é possível deixar de perceber que a configuração dessa rádio, assim como de tantas outras espalhadas pelo país, retira mais um espaço público das mãos de um grupo já tão excluído do direito a coisa pública.

O que poderia servir como um instrumento de conscientização e luta política para a mudança mais profunda da realidade social, a rádio do Irmão Lucas acaba por funcionar principalmente para a atuação de interesses de caráter muito mais particulares do que coletivos (o que envolveria o respeito às diferenças). O papel que esse veículo tenta exercer, nesse sentido, acaba por obedecer à lógica do capital, isto é, não a insere dentro de uma função de subversão da ordem estabelecida.

Considerações finais

A relação entre comunicação e religião é complexa e envolve uma série de elementos atrelados ao aspecto sócio histórico da sociedade e suas formas de ser. E em se tratando da presença da comunicação comunitária nesta relação, revela-se ainda a necessidade de uma observação mais apurada quanto às especificidades locais, com suas nuances e tensões.

Isso significa dizer que apesar de não corresponder em termos teóricos e até mesmo legais ao que seria um veículo comunitário, a rádio poste do senhor Lucas coloca no centro do debate desta forma de comunicar outros aspectos, a respeito, do contexto local, a importância dada à relação entre os indivíduos e a construção de uma vinculação entre eles, por ter a força de representar mais para as pessoas envolvidas no processo comunicativo, do que as regras generalizantes estabelecidas por grande parte das conceituações da comunicação comunitária. E isso, por sua vez, capacita o veículo para a mudança justamente por colocar os indivíduos em um *comum*. O que revela assim o seu *sentido* comunitário.

Com base nessa perspectiva percebemos que o desenvolvimento da comunicação comunitária parece ultrapassar o caráter normativo, ancorado na base da Lei e em suas fronteiras conceituais, e alcança a multiplicidade local repletas de conflitos internos que



acabam nos dando respaldo para uma compreensão mais ampla das relações que envolvem a ocupação dos meios comunitários por entidades religiosas.

Assim, o que tentamos demonstrar com esse percurso analítico é que em meio a problemáticas geradas pela força do discurso único, isto é, com base em uma única perspectiva religiosa, também é possível observar brechas de construção de laços vinculativos capazes de ultrapassar a barreira do próprio discurso, à medida que é apropriada por um conjunto de indivíduos em suas pluralidades.

Antes de exercermos a crítica de forma unilateral, cabe antes um olhar dialético do fato social, ou seja, perceber que ele não é homogêneo e que se dá sob a constante relação entre as forças dominantes e os dominados, entre os modos enunciativos e as formas de recepção. Enfim, até mesmo a forte atuação religiosa em veículos comunitários pode servir, quando em contato com o povo, para a criação de possibilidades transformadoras.

Referências

APPADURAI, Arjuan. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e de determinantes do comportamento eleitoral. In **Revista Opinião Pública**, n. 2, Campinas, 2004, p. 288-338.

CANDATEN, Rafael e FERNANDES, Mário Luiz. **Nas ondas da fé: as rádios religiosas no Vale do Itajaí** [Trabalho apresentado no Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o desenvolvimento Regional – 2006] São Bernardo do Campo - SP, 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e comunicação rumo ao novo milênio**. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb/doc_view/122-59-igreja-e-comunicacao-rumo-ao-novo-milenio. Acesso em: março de 2014.

FIEGENBAUM, Ricardo Z. **Mediatização do Protestantismo Histórico Brasileiro e Sistemas de Valor, de Visibilidade e de Vínculo**. [Trabalho apresentado no I Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação – 2009] Juiz de Fora – MG, 2009.

FUSER, Bruno. **Rádios comunitárias em Campinas: a perda de espaço da alternativa popular**. [Trabalho apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 2002] Salvador - BA, 2002.

GOMES, Pedro Gilberto. Decifra-me ou te devoro... sobre a evangelização e a mídia do ponto de vista da comunicação. In **Perspectivas Teológicas**, n.34, Minas Gerais, 2002, p. 335-350.

KUNSCH, Waldemar Luiz. A contribuição da Igreja Católica para o pensamento comunicacional brasileiro. In **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 24, n. 38, p. 107-140, 2o. sem. 2002.



MORIN, Edgar. **Uma mundialização plural**. In MORAES, D. (Org). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NOVO MAPA DAS RELIGIÕES. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2011. Disponível em www.fgv.br/cps/religoes . Acesso em: março de 2014.

PAIVA, Raquel. **O espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro. Mauad, 2003.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Comunidades em tempo de redes. In PERUZZO, C.M.K.; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel. (org.) *Comunicación y movimientos populares: ¿Quais redes?* São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades_em_tempos_de_redes.pdf. Acesso em: março em 2010.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm . Acesso em: março de 2014.

LIMA, Venício A. e LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo Eletrônico de novo tipo (1999 - 2004): as autorizações de emissoras como moeda de troca de barganha política**. Brasília, 2007.

Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf. Acesso em: março de 2010.